

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOM ANTONIO REIS
(FAXINAL DO SOTURNO, RS, BRASIL): ESTÍMULO
AOS VALORES DAS QUESTÕES AMBIENTAIS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

João Batista Ribeiro Baptistello

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DOM ANTONIO REIS
(FAXINAL DO SOTURNO, RS, BRASIL): ESTÍMULO AOS
VALORES DAS QUESTÕES AMBIENTAIS**

por

João Batista Ribeiro Baptistello

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, Departamento de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jumaida Maria Rosito

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
BÁSICA DOM ANTONIO REIS (FAXINAL DO SOTURNO, RS,
BRASIL): ESTIMULO AOS VALORES DAS QUESTÕES AMBIENTAIS**

elaborado por
João Batista Ribeiro Baptistello

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.(a) Dr^a Jumaida Maria Rosito
(Presidente/Orientador)

Prof.(a) Dr^a Thais Scotti do Canto Dorow

Prof.(a)Dr.^a Tais Maria Peixoto Alves

Santa Maria, 18 de janeiro de 2014.

RESUMO

Monografia – Especialização
Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOM ANTONIO REIS (FAXINAL DO SOTURNO, RS, BRASIL): PARA ESTIMULO AOS VALORES DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

AUTOR: João Batista Ribeiro Baptistello

ORIENTADORA: Jumaida Maria Rosito

LOCAL E DATA DA DEFESA: Santa Maria, 18 de janeiro de 2014.

Esse trabalho tem como objetivo verificar a prática da Educação Ambiental (EA) na Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis (Faxinal do Soturno, R/S, Brasil), e também sensibilizar os professores com relação ao tema, considerando a possibilidade prática de inserção transversal da Educação Ambiental no dia a dia, nas disciplinas. Para isso, 26 docentes foram reunidos para uma palestra de compartilhamento de informações, no dia 01 de novembro de 2013. Foram abordados tópicos como a missão da escola na elucidação de valores e desenvolvimento de condutas éticas; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Meio Ambiente e trabalho em equipe com Educação Ambiental. Inicialmente, os docentes responderam a um questionário que buscava traçar o seu perfil e sua impressão sobre a prática de Educação Ambiental na escola. A maioria dos professores está envolvida com as séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, alguns atendem à educação infantil e às séries iniciais do ensino fundamental. Quando questionados sobre a inserção da Educação Ambiental em sua prática pedagógica, a maioria afirma que isso ainda não acontece. Em relação à palestra, a reação dos professores é positiva e receptiva para a proposta apresentada; alguns, realizando questionamentos e apontando discussões dentro da temática e contribuindo com experiências profissionais e pessoais. Após a palestra, eles responderam a um novo questionário, que avaliou a pertinência de ações como essa na construção da prática da Educação Ambiental. De um modo geral, os professores destacam algumas ações desejadas para impulsionar as práticas de Educação Ambiental como palestras, mini-cursos, reuniões e formação continuada; Também apontam as dificuldades como à falta de tempo, a rigidez da grade curricular e a falta de estrutura da escola. Os educadores demonstram estarem abertos para novas mudanças, sugerindo o envolvimento da Educação Ambiental na formação continuada.

Palavras chave: Educação Ambiental, Professores, Práticas de Educação Ambiental.

ABSTRACT

Coursework — Postgraduate Diploma
Postgraduate Programme in Environmental Education
Postgraduate Diploma in Environmental Education
Federal University of Santa Maria

ENVIRONMENTAL EDUCATION AT *DOM ANTONIO REIS* STATE PRIMARY SCHOOL IN THE CITY OF FAXINAL DO SOTURNO, BRAZIL: ENCOURAGING ENVIRONMENT-RELATED VALUES

AUTHOR: João Batista Ribeiro Baptistello

ADVISER: Jumaida Maria Rosito

PLACE AND DATE OF ORAL DEFENCE: Santa Maria, 18 January 2014.

This coursework aimed at verifying the practice of Environmental Education at *Dom Antonio Reis* State Primary School in the city of Faxinal do Soturno, Brazil, as well as sensitising teachers regarding the topic, considering the practical possibility of transversal insertion of Environmental Education in the everyday development of school subjects. For that, 26 teachers were gathered for a information-sharing lecture on the 1st November, 2013. Topics covered included: the school's mission in enlightening values and developing ethical conduct; the National Curriculum Guidelines; environment and teamwork within Environmental Education. Teachers initially answered a survey that sought to outline their profile and their impression towards the practice of Environmental Education at school. Most teachers are involved with the first grades of primary and secondary schools, some of whom attend to pre-elementary child education and to first grades of primary school. When they were questioned on the insertion of Environmental Education in their educational practice, most teachers stated that it does not happen. Regarding the lecture, the teachers' reaction is positive and receptive towards the presented proposal; some pose questions, raising discussion within the topic and contributing with professional and personal experiences. After the lecture, they answered a new survey, which evaluated the pertinence of actions such as this one in constructing the practice of Environmental Education. Overall, teachers highlighted some desired actions to prompt practices of Environmental Education, namely: lectures, mini-workshops, meetings, and continued training; They also point difficulties such as lack of time, strictness of the curriculum, and lack of structure at the school. Teachers demonstrated openness to new changes, suggesting involving Environmental Education in continued training.

Keywords: Environmental Education; Teachers; Practices of Environmental Education.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário avaliativo- Educação Ambiental na Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis-----	47
APÊNDICE 2 - Avaliação desta ação - questionário avaliativo-----	48

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Foto da fachada, Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS, Brasil). ----- 29
- Figura 2 - Razões apontadas pelos professores da E.E E.B. Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS, Brasil) para a não inserção da Educação Ambiental em sua prática pedagógica. ----- 32
- Figura 3 - Palestra de compartilhamento de informações, Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS).----- 34
- Figura 4 - Sugestões docentes sobre ações para a afirmação da Educação Ambiental, na E.E.E.B. Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS).----- 35
- Figura 5 - Fatores favoráveis à inserção da Educação Ambiental apresentados pelos professores da E. E. E. B. Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS, Brasil).----- 36

SUMARIO

RESUMO -----	04
ABSTRACT -----	05
LISTA DE APÊNDICES -----	06
LISTA DE FIGURAS -----	07
SUMARIO -----	08
1 INTRODUÇÃO -----	09
2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA -----	13
2.1 Breve Histórico do Despertar da Consciência Ambiental -----	13
2.2 Educação Ambiental no Ensino Formal e Legislação em EA -----	16
2.3 Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's/Meio Ambiente -----	20
2.4 Formação Continuada -----	23
3 METODOLOGIA -----	28
3.1 Primeira etapa: Revisão de literatura -----	28
3.2 Segunda etapa: Palestra e questionário avaliativo -----	28
3.2.1 Aplicação de questionário avaliativo -----	28
3.2.2 Palestra de compartilhamento de informações -----	29
3.2.3 Avaliação da ação pelos docentes -----	29
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS -----	31
4.1 Aplicação do Questionário Avaliativo -----	31
4.2 Palestra de Compartilhamento de Informações -----	33
4.3 Avaliação da ação pelos docentes -----	35
5 CONCLUSÃO -----	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	40
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	42

1 INTRODUÇÃO

O uso impróprio que a humanidade faz dos recursos naturais, visando exclusivamente o lucro, tem gerado conseqüências danosas para o planeta. Com o aumento constante da população mundial, passa a existir a necessidade cada vez maior de racionalizar o emprego desses recursos como meio de sustento.

O meio ambiente é constituído por elementos naturais como o solo, vegetação, rios, relevo, clima, entre outros, e pelos elementos antrópicos, como habitações, fábricas, campos cultivados (COELHO, 1992). De todos os seres vivos, o homem é o único que faz parte de ambos os ambientes, o natural e o artificial. A relação homem, meio ambiente e demais seres vivos geram um complicado contexto de correlações. O fato é que a ação antrópica, cada vez mais agressiva, tem levado a alterações ambientais prejudiciais; a humanidade consome demais, conserva pouco, e desperdiça energia.

Desde a revolução industrial a humanidade vem elevando os níveis de desenvolvimento industrial científico, tecnológico, cultural, educacional.

O século XXI inicia-se em meio a uma emergência socioambiental que promete agravar-se caso sejam mantidas as tendências atuais de degradação; um problema enraizado na cultura, nos estilos de pensamento, nos valores, nos pressupostos epidemiológicos e no conhecimento, que configuram o sistema político, econômico e social em que vivemos (LUZZI, 2005, p. 381).

A inquietação com a degradação ambiental e suas conseqüências na qualidade de vida está impulsionando uma inovação nas interligações entre o ser humano e a natureza. Contudo, a preocupação com as questões ambientais é um fato recente na história da humanidade, e sua aplicabilidade continua sendo um grande desafio para a sociedade mundial (COELHO, 1992).

A Educação Ambiental (EA) surge como uma ferramenta mais dinâmica para se obter, instituir e aplicar configurações sustentáveis de intercâmbio sociedade-natureza. É a porta para que cada pessoa modifique seus hábitos e adquira novas

maneiras para a redução da degradação ambiental, melhorando a qualidade de vida e diminuindo a pressão sobre os recursos naturais (ISAIA, 2001).

Conforme a Lei 9.795/99, Política Nacional da Educação Ambiental, cap. I, art. 1º:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Para Sato (2002) a Educação Ambiental se tornou um método de reconhecimento de valores e melhoria de conceitos que tem por finalidade aumentar as habilidades nos seres humanos para que estes modifiquem suas ações em relação ao meio ambiente. A Educação Ambiental, além disso, se relaciona com as práticas que apontam para tomadas de decisões e a ética que buscam aperfeiçoar a qualidade de vida.

Os procedimentos educativos sob enfoque ambiental são melhor ressaltados nos programas políticos pedagógicos das escolas, sendo trabalhados de maneira interdisciplinar; tratam da prevenção dos recursos naturais, a relação com o meio ambiente e a formação de um cidadão que reflita de maneira sustentável; a educação pode ser ponderada como tática para a ascensão da cultura, do senso crítico e da cidadania.

Dessa forma, a educação ambiental, cuja natureza é interdisciplinar e sistêmica, tem a capacidade de estruturar componentes operacionais no procedimento intelectual dos alunos e de conversão do educador em um elemento transformador de valores.

Neste contexto, é importante salientar que um trabalho com Educação Ambiental não pode permanecer cativo exclusivamente a difusão de conhecimentos e informações, é necessário que seja suplantada a visão do conteúdo didático em fragmentos. Para que as questões ambientais apresentem definições reais para os alunos, é importante que eles constituam uniões entre o estudado e sua realidade diária. Os conhecimentos alcançados além de serem empregados para abranger a própria realidade, necessitam ainda ser utilizados na procura de soluções para as

dificuldades imediatas e determinações da comunidade. Além de ponderar sobre a realidade contígua do aluno, o professor precisa se direcionar para os temas globais (DINIZ; TOMAZELLO, 2005).

Reigota (1994) é determinante em assegurar que a escola é o local ideal para a efetivação da Educação Ambiental, desde que a criatividade permaneça constante nas atividades desenvolvidas. O estudo poderá ocorrer em vários locais como sindicatos, parques ecológicos, associações de bairros, meios de comunicação, reservas, universidades, mas, não é tão primoroso quanto na escola.

Neste contexto, a escola se torna um dos espaços mais apropriados para introduzir práticas ligadas à Educação Ambiental, já que é um lugar de socialização, promoção de valores e constituição de conhecimentos.

Sendo assim, a inclusão do enfoque ambiental nas atividades do educador colabora como componente imprescindível para a mudança da consciência ambiental, quando se labora com pontos que intervêm abertamente na vida dos estudantes, que se vêem afrontados a todo instante com tal situação, procurando a concepção de cidadãos conscienciosos, capazes de deliberar e agir na realidade social e do meio ambiente (BRASIL, 1998).

A Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, possui Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos; está localizada na área urbana de Faxinal do Soturno (RS, Brasil). São 795 alunos e 49 professores em todos os turnos, sendo 11 turmas atendidas no período da manhã, 12 turmas no período da tarde e 07 turmas no período noturno.

Uma vez que esse tema é relativamente novo no contexto escolar, esse trabalho teve como objetivo geral estimular a prática da Educação Ambiental para que os professores possam reciclar os conceitos, valorizar, praticar e incluir a EA em seus métodos pedagógicos; E como específicos, contribuir por meio de uma palestra para a sensibilização dos professores com relação aos valores éticos para a compreensão integrada do meio ambiente, estimulando a prática de inserção transversal da EA no dia a dia nas disciplinas.

O trabalho foi realizado em duas etapas; uma preparatória, que exigiu uma extensa revisão na literatura específica, e que proporcionou ao facilitador uma visão abrangente do ensino de EA como tema transversal e interdisciplinar. A segunda etapa foi à preparação e realização de uma palestra na Escola tendo como público-alvo os professores das diversas disciplinas, que serviu ao mesmo tempo como

momento de reflexão coletiva e como oportunidade para a realização de um procedimento avaliativo. Nesse encontro, o facilitador expôs suas idéias e sugeriu caminhos no universo da EA da escola.

Considera-se importante que as práticas pedagógicas ambientais permitam às escolas pensarem sobre o ambiente escolar como uma fundação para a obra educacional, amparando a escola a realizar seus laboros sobre EA, muitas vezes abandonados devido a assuntos administrativos e pedagógicos que são priorizados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Breve Histórico do Despertar da Consciência Ambiental

As primeiras inquietações da humanidade em relação ao meio ambiente sobrevieram com as primeiras navegações de vulto e o acréscimo das fronteiras continentais, contestando os costumes culturais da Europa e as analogias dos habitantes das áreas descobertas com o ambiente (HERCULANO, 1992).

A partir da revolução industrial no século XVIII, se consolida, uma separação entre o ser humano e o meio natural, surgindo os primeiros estragos ambientais. Segundo Garcez (2004), até 1950, as dificuldades ambientais eram fatos considerados localizados sendo discutidos somente como desajustamentos tecnológicos. Após este período, com o aumento demográfico e o pacote tecnológico conhecido como revolução verde, na década de 1960, a crise ambiental tornou-se evidente; surgiram ações que expuseram a inquietação com a necessidade de prevenção da natureza.

As palavras “Environmental Education” ou “Educação Ambiental” apareceram no Reino Unido, em 1965, com a finalidade de dar uma ênfase educativa em meio às ciências naturais e sociais. O uso destes termos já confirmava a situação crítica da educação ambiental com focalização na problemática ambiental e sua seriedade como ferramenta de moralidade ética e preparativa para enfrentar a convulsão ambiental que se apresentava (GARCEZ, 2004).

Em 1962, a jornalista Rachel Carson, inicia o alerta ao mundo em relação às seqüelas maléficas que os pesticidas geravam ao ambiente, através de seu livro “Primavera Silenciosa” (DIAS 1992); o livro evidenciava uma humanidade que, procurando o adiantamento tecnológico desregrado, empreendia um bucólico suicídio, degradando o meio ambiente. Dessa forma gerou-se um clamor internacional, para que a Organização das Nações Unidas (ONU) começasse diversos procedimentos com a finalidade de alertar às pessoas de sua relação com o meio ambiente, como membros desse, tendo noção de respeito, preservação e chamando à atenção quanto ao emprego com sustentabilidade dos recursos

naturais. Esses novos conceitos evidenciaram o valor que a Educação Ambiental possui na procura de abordagens críticas quanto às questões ambientais. Segundo (DIAS 1992); confia-se que o maior apoio de “A Primavera Silenciosa” foi à orientação pública de que a Natureza é susceptível à intervenção antrópica. No entanto, observa-se que uma ansiedade quanto à defesa do meio ambiente se concretizou de modo mais intenso depois da década de 70, balizada por grupos de mulheres lutando por igualdade de direitos, de hippies, entre outros.

Em 1968, aconteceu a estruturação do Conselho de Educação Ambiental na Grã-Bretanha; é dessa mesma época a formação do “Clube de Roma”, que tinha como objetivo pesquisar elementos que oportunizassem a estabilização ambiental (DIAS 2003);

Após a década de 1970, conforme a crise ambiental se agravava, surgiam eventos de domínio internacional, com a finalidade de procurar os motivos e abalzar sugestões. Salientando-se, neste contexto, a Conferência de Estocolmo em 1972, que distinguiu a Educação Ambiental como componente decisivo; com base neste encontro expositivo, neste mesmo ano, a ONU gerou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNMA. Em 1975 a Conferência de Belgrado, instituída pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), originou um evento Internacional de Educação Ambiental – PIE, constituindo metas, conteúdos e metodologias para a Educação Ambiental, a ser organizada de maneira sucessiva, interdisciplinar e associada aos assuntos mundiais (ROTH, 1996).

A conferência de Tbilisi, indicou que é indispensável à abordagem multidisciplinar dos temas ambientais para a informação e a ponderação pela sociedade em geral com participação e responsabilidade efetiva.

De 14 a 26 de outubro de 1977, em Tbilisi (CEI, Geórgia) realiza-se a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela Unesco, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). É um prolongamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972). A conferência de Tbilisi – como ficou consagrada - é o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em 1975, pela Unesco/Pnuma (v, Belgrado, 1975) com atividades celebradas na África, Estados Árabes, Ásia, Europa e America Latina. A conferência de Tbilisi constitui-se em ponto de partida de um programa internacional de Educação Ambiental, contribuindo para precisar a natureza da EA, definindo seus objetivos e suas características, assim como as estratégias pertinentes

no plano nacional e internacional. É considerado em nossos dias, o evento decisivo para os rumos da EA, em todo o mundo. (DIAS, 2003, p.39,40).

A UNESCO em 1980 editou “La Educacion Ambiental: las Grandes Orientaciones de La Conferência de Tbilisi”, em termos reais um referencial como manancial de análises para o aprimoramento de métodos a respeito da Educação Ambiental, com quarenta sugestões trazendo entendimentos, intentos, princípios e finalidades. Ainda neste período de tempo, segundo Ferreira (2010), uma dupla de acontecimentos trouxe subsídios a EA; em 1987 a publicação do “Nosso Futuro Comum”, um documento organizado pela ONU, e a Conferência de Moscou, gerando uma ponderação sobre o incremento da Educação Ambiental, conectados às estruturas não governamentais.

No Brasil, a partir de agosto de 1981, foi confirmada a lei nº 6.938, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente; a EA foi entendida como uma de suas bases, necessitando se voltar a todos os níveis de educação, até mesmo a da comunidade para capacitá-la a participar na defesa ambiental (BRASIL, 1981).

Importante salientar que surge no Brasil de 1980 a 85, as primeiras dissertações e artigos a respeito do tema EA (REIGOTA,1998). Após essa década a informação escolar não foi mais compreendida como algo sem questionamento, sendo enfrentada como um procedimento real, onde a própria Constituição Federal de 1988 define um capítulo integral destinado ao Meio Ambiente.

No período de 1990, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a ONU origina no estado do Rio de Janeiro a RIO 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, agrupando componentes de 172 países com a participação da coletividade civil. Na ocasião foram lançadas as bases sobre as quais os países deveriam empreender ações concretas para o progresso das qualidades sociais e ambientais, em níveis local e global (PELICIONI, 2005). Quanto à EA, o evento elucidou a indigência de reorientar a educação no caminho do desenvolvimento com sustentabilidade, desenvolvendo a consciência pública e o estímulo ao treinamento; indicou também embasamentos para a ação, escopos, procedimentos e meios para implementá-la (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO,1994).

No Brasil, em 1993, O MEC instituiu os Centros de Educação Ambiental, com a finalidade de preparar e distribuir procedimentos de EA; A partir daí, a legislação

brasileira começa a respaldar a questão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, enfatizando a necessidade da educação e estímulo contínuo dos educadores, os principais difusores das novas idéias (GARCEZ,2004).

2.2 Educação Ambiental no Ensino Formal e Legislação em Educação Ambiental

Com a lei nº. 6.938 de 31/06/1981, Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), demonstrou-se a aspiração de gravar a extensão educativa da educação ambiental no nosso país. Abordando dentro dos seus objetivos no artigo 2º, inciso X, o grande valor de promover a EA em todos os níveis de educação, incluindo o ensino da comunidade com a finalidade de deixá-la capaz de tomar parte ativamente na proteção ambiental (BRASIL,1981).

A inserção de elementos ligados à ecologia nos currículos das escolas fundamentais e básicas foi determinado pelo MEC através do Parecer nº 0819/85; Com o parecer nº 226/87, houve a inclusão da EA, enfocando a apreensão da educação com os assuntos ambientais e o desenvolvimento da consciência ecológica do estudante.

A sistematização da educação ambiental encontra respaldo no inciso VI, art. 225 da Carta Magna publicada em 1988, segundo se constata:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações,

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

No nosso país a constituição da década de 1988, versou de maneira detalhada direitos e deveres relacionados ao meio ambiente, onde os destinatários

do direito são todos os indivíduos, e os destinatários do dever são os poderes públicos e a coletividade.

A educação ambiental orienta uma inovação da função social quanto à educação, não constituindo somente uma dimensão, ou uma linha transversal, já que tem responsabilidade pela mudança da educação de forma integral, na procura de uma coletividade com sustentabilidade (LUZZI, 2005).

Em 1991, o MEC, por meio da Portaria 678/01, orientou o ensino da educação ambiental em diferentes modalidades de educação e a necessidade de desenvolvimento de professores (GARCEZ, 2004).

Em 1996, foi estabelecida a Lei nº. 9.394, Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O artigo 32, inciso II, faz referência a EA, orientando na educação fundamental, a abrangência ambiental social e natural do princípio político, artes, tecnologia, e dos valores em que se baseia a coletividade; no artigo 36, parágrafo 1º, faz alusão aos currículos escolares que necessitam envolver, necessariamente, os conhecimentos do mundo natural e físico e as realidades políticas e sociais. A EA é aludida de modo pouco profunda; neste procedimento jurídico o escopo é constituir competências, instituir e estruturar a questão da educação (BRASIL, 1996).

Para nortear os métodos de aprendizagem no ensino fundamental, a Secretaria de Educação Fundamental, determinou diretrizes basilares, lançando os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), com versão final em 1998, para apoio aos projetos pedagógico-educacionais e como forma de atualizar o professor, servindo como ferramenta da EA na escola, onde o tema meio ambiente é considerado uma temática transversal, ou seja interligado as áreas e com inter-relações pessoais da escola, sugerindo sua abordagem em todos os períodos educativos por eixos temáticos.

Esta proposta diretiva, oficiosa, é de plena validade e atualidade nesse aspecto. Com efeito, ela pressupõe a complexidade das questões ambientais, na medida em que abre caminho para uma contribuição conjunta das ciências naturais e sociais na análise e na busca de compreensão das questões de meio ambiente, desde a escolarização básica; nesse sentido, as reflexões e experiências educativas, metodologicamente, devem ser proporcionais em abrangência e profundidade de conteúdos ao nível de desenvolvimento e condições de aprendizagem dos alunos (CARNEIRO, 2002, p. 64).

A Educação Ambiental constitui uma abordagem muito importante, nos (PCN's) Parâmetros Curriculares Nacionais, para esclarecer o processo pedagógico educacional relacionado à extensão ambiental, reconhecendo o meio ambiente como assunto transversal no currículo das escolas, como apoio a sua aplicabilidade. A EA é determinada nos PCN's como uma sugestão transformadora, onde descreve: "a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter importantes conseqüências sociais." (BRASIL, 1997d, p. 182).

Importante salientar nesta conjuntura, que o meio escolar é reconhecido como o ponto mais adequado para a estruturação informativa e modelagem de valores éticos em EA, pois interliga distintos saberes, análises críticas, problemas, métodos, prática, recursos, teoria e socialização.

A EA formal desempenha papéis e enfrenta desafios; neste sentido o professor necessita continuamente, ter uma visão intensa desta escolha de instrução pedagógica, ajustando a sugestão metodológica com a realidade em que se encontra, buscando sempre alternativas de pesquisas, conhecimentos e abordagens, pois ensinar é um procedimento que deve despertar a essência de quem educa, reconhecendo que se tem sempre o que aprender e atualizar-se.

Com a lei nº. 9.795, de 27/04/1999 se instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) constituindo conceitos, políticas, e procedimentos estratégicos oficiais da EA, proporcionando condições legais específicas a todos que trabalham com o tema meio ambiente. A educação ambiental é a mais perfeita ferramenta ao alcance de todos, motivo pelo qual necessitava ser estimulada e praticada em todos os elementos plausíveis; logicamente somente a legislação não é segurança de qualquer transformação eficaz na ordem dos acontecimentos; mas a lei pode promover e avigorar as ações de alterações essenciais; é neste significado que a Política Nacional de Educação Ambiental deve ser contemplada, como instrumento útil ao incremento das atividades de educação ambiental contemporânea e porvindouras, cabendo aos atuantes dessas ações a dupla empreitada de cuidar pela execução da aludida lei e propiciar as modificações para preencher suas deficiências (RIVELLI, 2005).

Neste contexto para a realização e efetividade da EA, tais dispositivos legais, servem de instrumento e contribuição jurídica para a capacitação da prática

pedagógica e comportamental, principalmente no meio escolar em caráter formal. Destaca-se o artigo 9º da lei nº. 9.795, de 27/04/1999 que diz:

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos (BRASIL, 1999).

Esse artigo salienta a necessidade de que o meio ambiente seja tratado de maneira conjunta, desde a educação básica até a educação superior, e inclusive a profissionalizante; o enfoque pedagógico ambiental é a chave estratégica para renovar valores e a percepção de problemas, para que se possa atuar junto à sociedade de maneira sustentável e sistêmica.

O artigo 10 da (PNEA), observa o modo legal e o método integrado da EA, pois diz que “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1999).

Já o artigo 11 articula que: “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (BRASIL,1999). O artigo 12 apresenta um alerta às instituições de educação para que não deixem de ajustar seus currículos escolares ou complementares a formação dos docentes quanto à educação ambiental sob pena de não serem permitidas a laborar (BRASIL, 1999).

E o artigo 16, articula:

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

O contexto dos artigos descritos da Lei 9.795/99 sugere à sociedade em geral o bom senso sobre os seus próprios princípios, sua lógica e a prática na obra pedagógica, proporcionando elementos geradores dos procedimentos educacionais.

Em 2001, a Lei nº. 10.172, Plano Nacional de Educação (PNE), define os contextos educativos indispensáveis para o currículo pedagógico, em síntese, tem como principais objetivos a promoção global do coeficiente de escolaridade da sociedade, melhoria da qualidade de instrução, além da diminuição das diferenças sociais e democratização da gestão da educação pública; recomendando inclusive ressalvas em relação aos assuntos da PNEA (BRASIL, 2001).

Contudo, em termos práticos somente a legislação educacional não é suficiente, é muito importante ampliar a relação legislativa com modificações/expansões quanto a sua competência operativa, o apoio conceitual e o campo de ação; permitindo a produção de elementos éticos sociais e culturais, analisando as perspectivas e as necessidades de educadores, alunos e comunidade incluídos ao processo pedagógico, inter-relacionados com educação ambiental de qualidade e permanente nos meios escolares, sociais, e administrativos, porque não resta dúvida de que também por meio da conscientização e da atuação reformadora o tema ambiental será mais assentado, auferindo mais e mais partidários (FERREIRA, 2010).

2. 3 Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's/Meio Ambiente

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) instituídos pela Secretária de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto apresentaram sua estrutura final na década de 1998, inicialmente o seu primeiro esboço foi mandado a profissionais especializados para apreciação em 95; É produto de intensas análises em relação às melhorias de currículos, que iniciaram na década de 1980 com diversas fontes de origem (FERREIRA, 2010).

Foram preparados buscando o respeito às distinções vigentes no Brasil sejam políticas, culturais, ou dos espaços regionais, analisando a configuração de referimentos ao procedimento pedagógico nas mais variadas áreas brasileiras; são

oferecidos como um conjunto de recomendações modernas e dinâmicas para analisar a política curricular nacional, em relação a procedimentos e avaliações educativas, além do material e idealização didática; direcionando e atualizando os educadores junto a seus alunos visando o incremento de conhecimentos, para o desenvolvimento de costumes e valores éticos (RODRIGUES; RODRIGUES 2001).

Em sua execução não possuem estilo de comprometimento rígido, sendo encaixados de acordo com as particularidades das áreas onde serão aplicados, constituem uma alusão a modificação da didática pedagógica de instrução, suas finalidades e teores. Na educação fundamental apresenta como meta instituir uma menção e apoio no currículo; um embasamento nacional. No secundário possui a finalidade de idealização e assistência na pratica periódica do ambiente de aula.

Nesta conjunção, torna-se importante mencionar, que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997c, p. 13).

Esse conjunto de diretrizes é um grande ferramental oficial de aporte para a configuração coletiva do saber e desenvolvimento pedagógico para aperfeiçoar a qualidade da instrução educativa. Portanto, cabe aqui salientar:

A educação é condição necessária, mas não suficiente. Pensar que vai se mudar a sociedade tendo a educação como causa, parece-me, no mínimo, ingenuidade. No entanto, renunciar à possibilidade de se contribuir para mudança, usando a escola e a educação, é um desperdício (CANIATO, 1989, p. 41).

Sendo assim, segundo Caniato (1989), é indispensável perceber que a educação em um contexto geral deve ser desenvolvida articulando sistematicamente toda a estrutura física, pessoal e organizacional disponível as ações escolares, para uma transformação real na ideologia, e no comportamento ético da sociedade como

um todo, visando ser um referencial de qualidade pedagógica democrática, onde todos convivam em coletividade de maneira bem-sucedida e participativa.

Na ação dos Parâmetros Curriculares Nacionais preferiu-se um procedimento exclusivo de determinados campos, quanto a sua intensidade, mas contemplando a conexão entre eles; os assuntos sociais proeminentes, como meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, ética e orientação sexual são reunidos e estudados como tópicos transversais (FERREIRA, 2010).

Os PCN's - Meio Ambiente, em sua parte inicial, oferece ponderações a respeito do procedimento educacional, com evidência a referências para a estruturação do instruir e do estudar em EA; tratando de pontos como o tema e a crise ambiental, a educação como elemento imprescindível para a modificação da consciência ambiental, discute pontos polêmicos na contestação ambiental; aborda o informar e aprender em EA, nas esferas global e local, a relação entre a comunidade e a escola, estuda o item superar a fragmentação do saber nas conjunturas de ensino, a necessidade de transversalização do tema nas áreas, e os escopos universais para a instrução fundamental; Em sua segunda parte, são proporcionados os conteúdos, os critérios seguidos para sua escolha no documento, e a maneira como precisa ser debatida a temática para alcançar os objetivos, conteúdos ambientais, e os critérios de seleção e organização dos conteúdos (agrupados em três blocos, a natureza cíclica da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental). Em seus anexos aborda sobre o debate de EA em encontros internacionais, princípios da EA - Tbilisi/1977 e conceitos principais no problema ambiental - conhecimentos básicos para ajudar o professor no tema ambiental, o ambiente e seus elementos, sustentabilidade e diversidade (BRASIL, 1997d).

Em termos universais, relacionam o meio ambiente como questão atual a ser adicionada de modo transversal nas disciplinas escolares com idealização coletiva, multidisciplinar e a definição de eixos para o procedimento de aprender e instruir. Laborar com transversalidade constitui a busca para a modificação dos conceitos, e a valorização da moralidade ética articulada à realidade como cidadão.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão

global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas (BRASIL, 1997d, p. 193).

Para tanto, a sugestão de transversalidade deposita uma provocação original aos educadores, proporcionando um ambiente para a inventividade e a novidade, permitindo a procura de outros caminhos visando à prática pedagógica. Não só ambiciona versar de maneira associada assuntos de importância social, como igualmente determina a ação participativa e funcional dos elementos envolvidos. Distinguindo como local de partida do método de instrução/aprendizado os próprios alunos, suas correlações e a indispensável procura da teoria e da prática.

2.4 Formação Continuada

O entendimento de que o professor se apresenta como elemento fundamental nos procedimentos de melhoria pedagógica, salienta a importância dessa temática; a formação e o desempenho do educador permanecem presentes nas argumentações dos múltiplos ambientes, ultrapassando os espaços da profissão de professor.

O professor pode trabalhar sobre elucidações de valores e condutas éticas no ambiente escolar através das disciplinas, entretanto seu aprendizado, vai mais além é um elemento do convívio social e pessoal do aluno para formação do futuro cidadão. Para tanto a escolha adequada das informações a cerca de temas relacionados com valores morais e ética devem ser de acordo com a realidade do aluno para maior sensibilização. Em relação aos problemas ambientais a transmissão de valores morais possibilita ao educando uma nova consciência ambiental através de uma mudança de hábitos, atitudes, e respeito ao meio ambiente com ações de prevenção e sustentabilidade (BRASIL, 1997a).

As desvalorizações de técnicas ambientais, sociais e físicas provocam uma amplitude ambiental fora das características interdisciplinares, que poderia contribuir para o desenvolvimento dos estímulos éticos. A falta de coerência no cotidiano do

ensino pode acender dificuldades na compreensão dos problemas ambientais. (ARAUJO, 2004).

Confirmando essa idéia, Medina (2000) assinala que, diante das dificuldades encontradas para a implementação de um procedimento transformador em educação ambiental, destacam-se as maneiras muitas vezes simplórias de entendimento e emprego da mesma, reduzindo apenas sugestões teóricas sem buscar a ação educativa para a formação do futuro cidadão

Conforme Caldeira (1993), a formação de profissionais da educação não se exaure no curso de graduação, e necessita ser ponderada como um método que ainda não se completa por um estudo visando à atualização, por mais que ocorra na escola em que o educador exerça sua atividade.

Em relação à EA, é importante uma busca de universalização nos princípios de ensino como sugestão político-pedagógica essencial, edificando um caminho coerente que compreenda todos os atores sociais que laboram e se inter-relacionam com Educação Ambiental, do esboço da sugestão à sua prática no meio escolar. A prática da EA deve instigar a estruturação de grupos para estudos com a finalidade de exercitar a interdisciplinaridade, gerando a modernização de conteúdos e aprendizados pedagógicos, regulados no respeito e na proteção a vida. Ao analisar com atenção os elementos econômicos, técnicos, científicos e sistematizando a conexão do sustentável com a educação, introduz a dimensão do meio ambiente nos currículos como metodologia educativa (BRASIL 2005).

Segundo Carvalho (1991), a atualização deve abordar de modo característico os conteúdos peculiares, para garanti-la ao professor em algumas áreas, e a inserção do procedimento histórico das informações em análise, relacionando a sua conexão com o início basilar do conteúdo. Nesse processo não basta apenas saber a teoria e imediatamente aplicá-la na instrução; é indispensável reconhecer a teoria, como foi estabelecida, seus procedimentos de constituição e aplicá-la de maneira mais perfeita possível, para só em seguida debater como deve ser transmitida a diferente patamar de instrução.

Neste conjunto de estudo, é importante salientar que o artigo 8º da Política Nacional de EA, orienta a corrente de ação para a instrução formal, em relação à atualização, voltando-se à capacitação dos recursos humanos no §2º, inciso I, com “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 1999). Ao

ênfatizar a atualização de recursos humanos é fundamental para a concretização das recomendações da lei, que não se faz referência, exclusivamente a profissionais da área de educação, ampliando sua abrangência.

A conceituação de EA é analisada como um método educacional que faz debates dos valores éticos e princípios políticos de coexistência social, abrangendo afinidades de causas e conseq ncias de dados socioambientais. Assim a procura da formação continuada avalia as qualidades que permanecem conectadas a essa conceituação, como:

1. Inserir a Educação Ambiental com sua condição de transversalidade para se contrapor   lógica segmentada do currículo contemplando o ideal de uma nova organização de conhecimentos por meio de práticas interdisciplinares;
2. Trabalhar o conceito crítico de Educação Ambiental para não correr o risco de cair num tema neutro e despolitizado, que não provoque e/ou desperte a condição de cidadania ativa, ampliando seu significado para um movimento de pertencimento e co-responsabilidade das ações coletivas, visando ao bem-estar da comunidade;
3. A mudanç a de valores e atitudes nos indivíduos preconizados pela Educação Ambiental não é suficiente para gerar mudanç as estruturais numa sociedade. Pela compreensão da complexidade, as partes não mudam necessariamente o todo, pois ambas têm um movimento dial tico cujas conexões indivíduo *versus* grupo podem gerar mudanç a efetiva. A mudanç a individual como principal vetor para a mudanç a global representa uma visão simplista do trabalho com as relações sociais e não é suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento;
4. Conseqüentemente, o processo de Educação Ambiental incide ao mesmo tempo no individual e coletivo e, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional, ou seja, seria necessário que a "instituição escola" se submetesse a uma mudanç a de agenda e procedimentos burocráticos. Desta forma, os elementos conceituais que orientam a Educação Ambiental poderiam estar no "núcleo duro" da institucionalidade da educação como nos projetos político-pedagógicos e na gestão. Ao trabalhar com movimentos individuais e coletivos ao mesmo tempo, a Educação Ambiental torna-se fen meno político (MEC, 2007, p. 47).

É importante salientar que a clara visão que o educador ambiental terá na execução do seu trabalho passará por varias situações desafiadoras, durante o empenho de estruturar consciências ideológicas com atitudes éticas quanto ao ambiente, articuladas a praticas cidadãs com sustentabilidade.

O (PROFEA) Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais, apresenta por intenção guiar as ações da comunidade e da administração publica, motivando e orientando formas que integrem os métodos nacionais em EA, cooperando para a configuração de coletividades sustentáveis, pretendendo

qualificar as políticas federais de EA. Tem como finalidades: Cooperar para a origem de um procedimento nacional contínuo para desenvolvimento de Educadores Ambientais, a partir de distintos conjuntos, que leve ao desenvolvimento de uma coletividade polida e com EA; confirmar e estimular procedimentos de educação que abalzem para a modificação moral e política rumo à constituição do sustentável; Impulsionar instituições e atores da sociedade para agirem de maneira Independente, com análise e inovação em procedimentos formativos, aumentando a implicação social em obras socioambientais de maneira pedagógica; e colaborar na configuração de um Observatório para organização das Políticas Públicas de formação de Educadores Ambientais, por meio da junção constante dos grupos Instrutores (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

A questão ambiental é vista de forma transversal, e para solução dos problemas ambientais é importante a ação de equipes multidisciplinares devido à complexidade das questões. A escola é o local mais adequado para se trabalhar a temática, neste contexto o meio ambiente pode ser trabalhado por todas as disciplinas do currículo como, por exemplo:

Em Português, leitura e interpretação de textos com ênfase em informar-se, observar, comparar e compreender; produção de tipos diversos de textos, com ênfase na estruturação de frases e organização de conteúdo; assimilação da função social do texto; habilidade verbal, com ênfase em conversas, entrevistas, reprodução de notícias, elaboração de perguntas, reflexão e compreensão. Em História, possibilitar que o aluno identifique-se como parte integrante da comunidade; levá-lo a participar dos acontecimentos significativos de sua comunidade; capacitá-lo para melhor compreensão da função dos noticiários, da imprensa, etc.; compreender que a população modifica a paisagem natural e que os fenômenos da natureza modificam as rotinas da população; conhecer e fazer uso dos meios de informação e comunicação; conhecer alguns órgãos do serviço público, especialmente os que atuam na área ambiental, assim como suas atribuições. Em Ciências, trabalhar o ciclo da água e o saneamento ambiental (rios, enchentes, lixo etc.); incentivar a reflexão diante de situações-problema; tomadas de decisão com hipóteses de causa-efeito, prevenção, solução à saúde, às doenças e a sua transmissão por animais e outras causas ligadas à má conservação ambiental e ao que afete a qualidade de vida da população. Conhecer e identificar corretamente as plantas medicinais, visitar um herbário, coletar de forma orientada e montar um canteiro de plantas medicinais etc.; A Geografia tem papel fundamental na complementação dessas informações, e a Matemática pode também estabelecer interessantes relações entre números, causas e efeitos dos problemas ambientais. As atividades artísticas são importantes formas de expressão do resultado do aprendizado. Dessa maneira todas as disciplinas podem trabalhar o tema transversal meio ambiente interdisciplinarmente, contribuindo para uma melhor compreensão da problemática ambiental e

para mudanças comportamentais, viabilizando assim os objetivos maiores e a filosofia da Educação Ambiental (MELO, 2007, p.26-27)

É Importante salientar que o tema transversal meio ambiente deve ser abordado de forma interdisciplinar nas escolas mas, também, deve fazer parte da formação continuada do educador pois é necessário que neste assunto haja um processo permanente de aperfeiçoamento por intermédio da confrontação de conhecimentos dos experimentos diários com as informações sistematizadas, procurando o desenvolvimento profissional e pessoal em direção a efetivação de seus afazeres rotineiros ou novos.

3 METODOLOGIA

3.1 Primeira etapa: Revisão de literatura

A preparação para realização desse trabalho teve início com a busca de um embasamento teórico-conceitual com relação a questões ambientais e o papel da escola neste contexto.

Dessa forma, foram pesquisados trabalhos, publicações legais e materiais vinculados que abordavam o histórico das questões ambientais, a legislação referente ao tema, sua implementação no ensino formal, com a contribuição do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) Meio Ambiente, e a formação continuada dos professores para incitar a Educação Ambiental.

3.2 Segunda etapa: questionário avaliativo e palestra

3.2.1 Aplicação de questionário avaliativo

No dia 01 de novembro de 2013, foi promovido um encontro com professores da Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis (Figura 1), de Faxinal do Soturno (região central, RS, Brasil). Neste momento foi aplicado um questionário individual com a intenção de colher o depoimento dos docentes com relação à condução da Educação Ambiental na escola, (apêndice 1).



Figura 1 – Foto da fachada, Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS, Brasil).

3.2.2 Palestra de compartilhamento de informações

A escola cedeu o auditório para a realização da exposição, com capacidade média de 50 pessoas; a palestra seguiu após a aplicação do questionário avaliativo, teve duração de uma hora, e o objetivo foi levar aos professores da escola informações sobre a importância da abordagem das questões ambientais no ensino formal e sobre seu papel neste; para esta ocasião foi feita uma convocação ao corpo docente da escola. Ao mesmo tempo a escola promoveu outra palestra que foi realizada para os alunos do turno da manhã facilitando o comparecimento dos professores que estariam em aula, bem como os demais, e inclusive alguns aposentados.

Foram abordados os seguintes tópicos: Missão da Escola - elucidar valores e desenvolver condutas éticas; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Meio Ambiente; e trabalho em equipe com Educação Ambiental.

3.2.3 Avaliação da ação pelos docentes

O passo seguinte centralizou-se na aplicação de um novo questionamento para os professores (apêndice 2). Os docentes foram convidados a avaliar a

pertinência da ação como sensibilizadora e motivadora para novas posturas em relação à Educação Ambiental na escola.

Com base neste e no questionário avaliativo, foi realizado uma análise qualitativa e quantitativa dos dados como forma de avaliar a posição da escola quanto às práticas de EA.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 Aplicação do Questionário Avaliativo

Pelo questionário aplicado (Apêndice 1), foi possível definir que, dos 49 professores da escola, compareceram à palestra 26 docentes, sendo que a maioria deles (17 docentes), está envolvida com as série finais do ensino fundamental e ensino médio; três professores atendem à educação infantil e quatro, as séries iniciais do ensino fundamental. Um ponto a ser destacado foi à participação de dois professores aposentados, a convite da direção da escola.

Entre os professores que assistiram à palestra, estavam os responsáveis por aulas de matemática, português, história e filosofia.

Essas disciplinas e as demais do currículo escolar permitem a inserção transversal do tema, pois conforme o PCN - meio ambiente; o mesmo tem por finalidade proporcionar ao aluno uma aprendizagem integrada do meio ambiente e não um conhecimento compartimentado (BRASIL, 1997d).

Segundo, Melo (2007) a temática ambiental pode ser trabalhada nas disciplinas de acordo com a especificidade de cada uma; ainda conforme esse autor pode-se trabalhar, por exemplo, em português, com a interpretação de textos relacionados ao meio ambiente ou a produção textual; em história sugere o desenvolvimento de um pensamento crítico com relação ao tema para levá-lo a atuar junto aos acontecimentos de sua comunidade; em ciências trabalhar a dinâmica da natureza com vistas ao desenvolvimento sustentável; na geografia compreender a importância das relações entre o homem e o meio ambiente, para o futuro do planeta e para a qualidade de vida do homem; na matemática resolução de cálculos nas relações dos problemas ambientais; nas artes como uma forma de sensibilização para estimular o aprendizado; com isto todas as disciplinas podem contribuir com a temática transversal meio ambiente para formar cidadãos conscientes em relação às questões ambientais.

Quando questionados sobre a inserção da EA em sua prática pedagógica, a maioria (26 professores) afirmou que isso ainda não acontece.

Consoante a esse fato, Araujo (2004) e Medina (2000) ressaltam que, no cotidiano escolar, o professor encontra dificuldades para tratar as questões ambientais, por não dispor de tempo; segundo eles, esse fato e um planejamento inadequado, comprometem a aprendizagem sistêmica dessas questões.

A figura 2 ilustra as razões apresentadas pelos professores para a não inclusão da EA em sua prática docente.

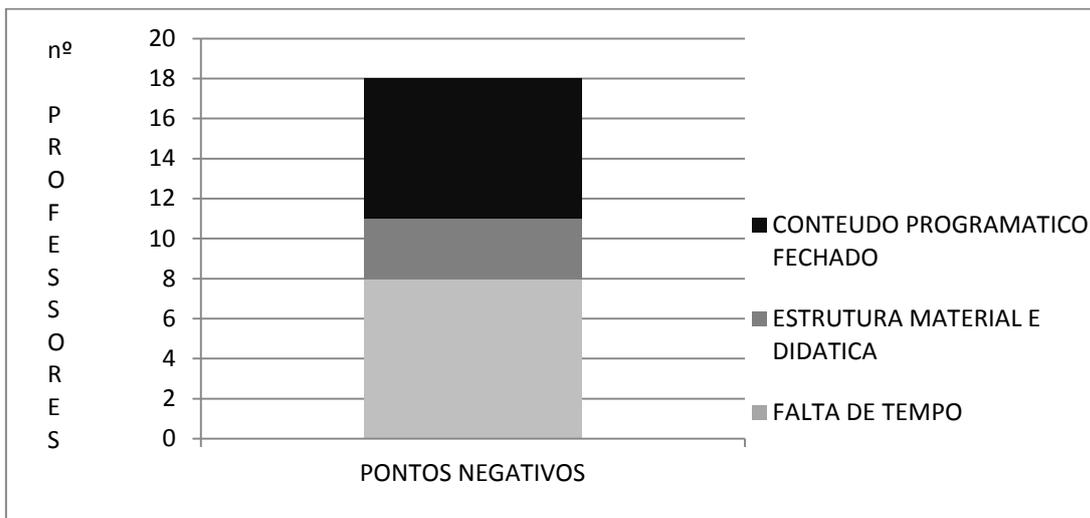


Figura 2 – Razões apontadas pelos professores da E.E E.B. Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS, Brasil) para a não inserção da Educação Ambiental em sua prática pedagógica.

A maioria dos professores (15 docentes) respondeu que a falta de tempo e conteúdo programático fechado são as principais razões para a falta de abordagem de questões ambientais em suas aulas. A estrutura material e didática da escola também foi lembrada como possível causa desta lacuna, por três professores. Esses dados reforçam os resultados encontrados por Araujo (2004) e Medina (2000), já que os autores afirmam que o professor, na rotina da escola, não dispõe de tempo para debater sobre EA e que a grade curricular não contempla um estudo adequado ao tema, inviabilizando a aprendizagem dos alunos.

No entanto, as orientações sugeridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997d), salientam que, para se trabalhar o tema meio ambiente é necessário adaptar o ensino às diferentes realidades sociais e as diversas características regionais do país; dessa forma, a equipe escolar pode direcionar o seu tempo e o seu currículo levando em consideração o cotidiano dos alunos, o

contexto social em que esta inserida a escola e a situação geográfica. Com isso os fatores de dificuldades mencionados no gráfico poderiam ser trabalhados em conjunto pela direção e pelos professores, a fim de aplicar a Educação Ambiental em sua prática.

As outras alternativas descritas na questão não foram mencionadas pelos professores como causa da não abordagem da EA, subentendendo que eles concluíram que as alternativas citadas foram às relevantes para justificar a não inserção da EA.

Quando questionados acerca da existência de iniciativas de inserção transversal da EA na escola, a maioria (20 professores) respondeu que não tem conhecimento sobre o fato; seis docentes afirmaram ter ciência de iniciativas de praticas de Educação Ambiental em um caráter interdisciplinar. Os poucos que afirmaram que sim, salientaram que na sua concepção as praticas de EA, ocorrem em cada disciplina de maneira transversal

Esse resultado pode significar uma possível falta de integração maior entre os docentes, uma vez que existem duas visões divergentes de um mesmo fato concreto; pode significar uma falha na organização da escola em executar um planejamento voltado para a temática, incluindo a adaptação do tempo para reuniões pedagógicas com os professores a fim de haver um maior envolvimento deles com o assunto, isso possibilitaria trocas de conhecimento e experiências entre os docentes. O trabalho em equipe é primordial para a execução efetiva da inclusão da temática meio ambiente na escola. Neste contexto o PCN - meio ambiente (BRASIL, 1997d) propõe que a temática ambiental deve ser trabalhada na escola de forma que contemple todas as áreas do saber; a temática não poderia ser trabalhada de maneira isolada, fragmentando a aprendizagem do aluno com relação às questões ambientais, uma vez que a natureza é abrangente e holística.

4.2 Palestra de Compartilhamento de Informações

A palestra para o corpo docente da Escola Dom Antonio Reis foi realizada em novembro (2013) com a participação de 26 professores no auditório da escola, tendo a duração de 1 hora e a utilização de data show como recurso didático. Foram

apresentados para o corpo docente um Power point com conteúdo informativo e motivacional, relacionado a EA e a prática pedagógica, para estimular os valores ambientais. Durante a palestra (Figura 3), cabe salientar que a reação do público foi positiva e receptiva para a proposta apresentada, ou seja, valorização das questões ambientais pelo compartilhamento de informações. Alguns demonstraram interesse pelo assunto realizando questionamentos, apontando discussões dentro da temática e contribuindo com experiências profissionais e pessoais.



Figura 3 – Palestra de compartilhamento de informações, Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS).

O assunto que despertou maior atenção foi à questão da elucidação de valores e o desenvolvimento de condutas éticas, pois os professores no decorrer da abordagem apontaram pontos relevantes como à sensibilização dos alunos frente às questões ambientais principalmente nas series iniciais onde a personalidade esta se formando, estimulando a condutas éticas e morais frente ao meio ambiente, partindo do principio de abordagem no contexto da sua realidade sócio-espacial.

Como salienta os PCNs, o papel do educador é promover a transformação, estimulando uma melhor formação do caráter e da personalidade, por isso trabalhar valores e ética é importante no cotidiano escolar, bem como, não se pode trabalhar meio ambiente sem relacionar com esses temas. A principal meta do trabalho sobre o meio ambiente nas escolas é formar cidadãos responsáveis e participativos na

sociedade em especial relacionado às questões sócio-ambientais, daí a importância do ensino e aprendizagem de valores morais, ética e atitudes (BRASIL, 1997b).

4.3 Avaliação da ação pelos docentes

O questionário aplicado após a palestra (Apêndice 2), demonstra que todos os professores desejam a promoção de ações para reafirmação da EA na escola.

Quando convidados a sugerir iniciativas que desejaríamos ver concretizadas, a grande maioria (14 professores) citou a alternativa “outras palestras” (Figura 4).

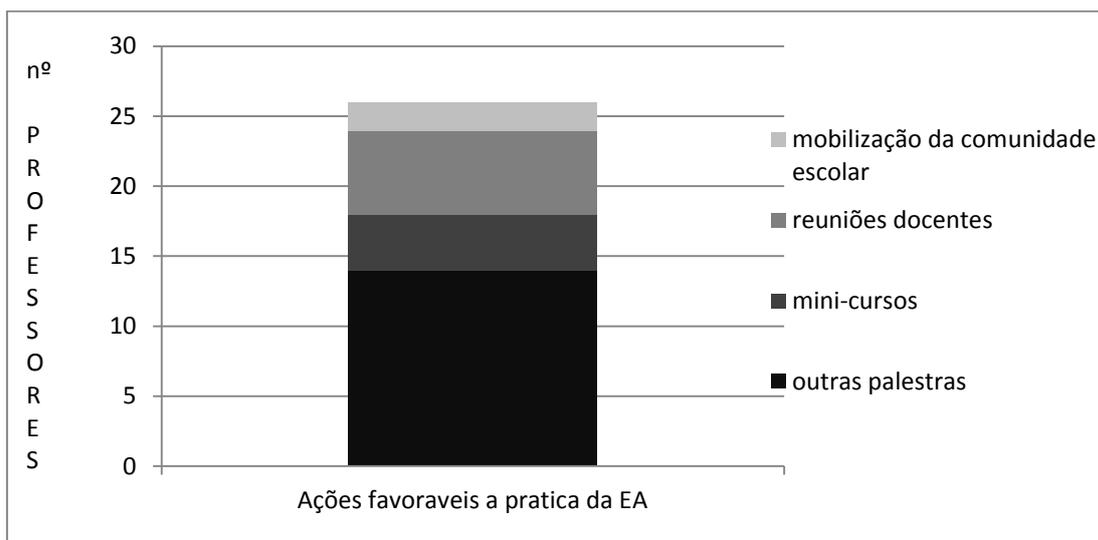


Figura 4 – Sugestões docentes sobre ações para a afirmação da Educação Ambiental, na E.E.E.B. Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS).

Esse resultado reafirma a impressão do palestrante sobre o sucesso da palestra de sensibilização. É interessante destacar o pensamento de Reigota (1994), que afirma que a escola é o local ideal para a concretização da EA, já que ela forma e prepara o cidadão para o futuro; isso é feito pelo estímulo aos valores morais, através de ações e práticas educativas desenvolvidas por uma equipe formada pelos professores e diretores de maneira a transmitir o conhecimento em diversas temáticas multidisciplinares.

Os professores destacaram como fatores que também podem contribuir para a concretização da EA aliadas às ações descritas na figura 4, às propostas de formação continuada relacionada ao meio ambiente e um melhor relacionamento entre os educadores, conforme descrito no gráfico a seguir:

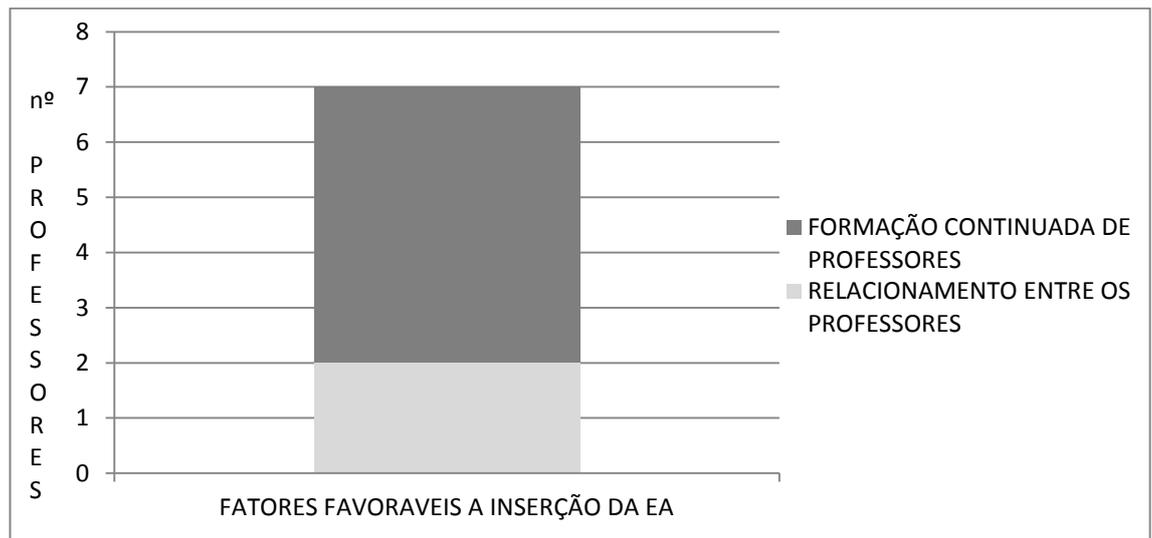


Figura 5 – Fatores favoráveis à inserção da Educação Ambiental apresentados pelos professores da E. E. E. B. Dom Antonio Reis (Faxinal do Soturno, RS, Brasil).

Conforme a figura 5 (gerada a partir das respostas da questão dois do apêndice dois no item outra sugestão) de um total de 26 professores somente (sete docentes) deram sugestões, respondendo como elementos favoráveis ao estímulo da Educação Ambiental na escola, a formação continuada de professores (cinco professores), seguida do relacionamento (dois professores). Isso mostra que, na realidade, existe uma defasagem sobre a preparação do professor para a Educação Ambiental escolar, sendo a formação continuada uma ação favorável para que isso ocorra, no entanto como mostra o gráfico esta opção parece ser algo ainda esperado e não concretizado.

Reforçando esta idéia, Caldeira (1993) e Carvalho (1991), salientam o contínuo aprendizado e a atualização do professor, uma vez que este é um profissional que necessita estar sempre revisando suas ações; isso não deve acontecer apenas no período acadêmico, mas principalmente na atuação escolar, de forma a aprimorar seus procedimentos didáticos e metodológicos no tratamento das questões ambientais e na formação do aluno como futuro cidadão. Torna-se

inseparável à ocupação do professor como ser profissional e pessoal, permanecer continuamente aprendendo e atualizando-se de forma constante para a sua prática atender, às necessidades dos princípios de educação e às transformações da sociedade.

Nesta linha de raciocínio, importante salientar o que descreve o artigo 11 da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999): a Educação Ambiental deve fazer parte dos currículos e da formação dos professores em todos os níveis da educação e da área do conhecimento. Com isso tem-se que, para um resultado satisfatório da Educação Ambiental escolar, é imprescindível a organização da equipe escolar para o planejamento e a atualização do conhecimento relacionado ao meio ambiente; primeiro o professor deve promover a mudança em si mesmo, para depois transmiti-lo ao educando.

Embora apóiem ações de incentivo à EA, os professores também expuseram algumas dificuldades ou empecilhos para sua realização. Estas dificuldades, estão alicerçados na falta de tempo para o encontro entre eles, como já foi comentado anteriormente; o encontro de docentes da escola poderia contribuir para o planejamento de um projeto ambiental interdisciplinar envolvendo todos os professores, equipe diretiva, pais, e alunos, e, não somente uma abordagem da questão ambiental isoladamente em cada disciplina.

Quando instigados a tecer comentários sobre a questão ambiental e a escola, alguns docentes se dispuseram a emitir opiniões muito interessantes. Entre essas contribuições podem ser destacadas:

“Diante das atrocidades cometidas pelo ser humano ao meio ambiente, a educação ambiental nas escolas é uma maneira de não voltar ao passado, mas sim tomar atitudes coerentes em relação à preservação e conservação do meio ambiente: sustentabilidade” (professor 1).

O relato deste professor demonstra que a Educação Ambiental é importante para o desenvolvimento da criança e do jovem de forma a despertar neles novos hábitos, para a preservação dos recursos naturais; nesse relato salienta-se a sustentabilidade como o caminho possível para se alcançar um planeta em equilíbrio. Como salienta Luzzi (2005), a sustentabilidade apresenta, assim como a

Educação Ambiental, uma vertente transversal em que a educação torna-se a principal forma de realizá-lo.

“O assunto Educação Ambiental é amplo e abre um leque de possibilidades e temas a serem trabalhados em varias disciplinas. Pode-se ensinar deste os pequenos hábitos até uma maior conscientização” (professor 2).

Neste segundo depoimento percebe-se a relevância das sugestões apontadas pelos parâmetros curriculares nacionais de forma a trabalhar a Educação Ambiental de maneira interdisciplinar nas escolas, uma vez que, como salientado pelo professor 2, é um tema a ser trabalhado em todas as disciplinas; isso exige o planejamento e ação em conjunto de toda a equipe docente. Destaca também, mais uma vez, a importância da educação na mudança de hábitos, na transformação do ser humano, como também, menciona Caniato (1989) - a educação é condição necessária na escola, para que haja essa mudança; no entanto; como escreve este autor, ela, somente, não é o suficiente e é preciso que haja um processo mais amplo de educação para que esta não seja utilizada em vão.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se, por meio dessa pesquisa, que a Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis de Faxinal do Soturno (RS) precisa vencer alguns desafios, a fim de vivenciar a EA em sua prática pedagógica, de forma consistente e interdisciplinar. Para que um planejamento nessa direção seja efetivo, é primordial considerar os membros que formam a equipe diretiva e o corpo docente da escola, estimulando neles a valorização do ser humano e da natureza. A partir daí será possível aplicar junto aos alunos projetos ambientais com possibilidade de sucesso, uma vez que se está trabalhando também o elemento humano (o professor).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é somente um espaço organizacional ou hierárquico, cumprindo uma determinada função na sociedade; ela representa também um local de convívio e relações, ligando os seres humanos entre si e à natureza. O trabalho com a temática ambiental, sempre foi um enorme desafio para o educador, tornando-se muito complexo com o decorrer do tempo; o ser humano está cada vez mais desvinculado da natureza, porque não visualiza a inter-relação entre seus componentes.

Além disso, para trabalhar a EA na escola, não existe cartilha ou manual pronto para que se obtenha o sucesso. Compete à escola adaptar uma metodologia que melhor atenda às necessidades dos alunos e da comunidade local, direcionada sempre de acordo com a sua realidade de vida; A EA é um processo longo e contínuo, ela é construída e reconstruída diariamente. A presente pesquisa aponta como pontos relevantes e satisfatórios a perspectiva dos professores quanto ao futuro do planeta e da humanidade; após a palestra realizada na escola, que proporcionou a reflexão sobre os valores e a ética ambiental, a reação dos educadores foi de entusiasmo e de esperança para as questões relacionadas ao meio ambiente e também com as relações humanas.

Tendo em vista os resultados positivos da palestra para com os professores, sugere-se a continuidade desse procedimento na escola através do trabalho em grupo com os professores, da troca de experiências, na discussão sobre o assunto ou mesmo, com outras palestras (informativas/motivacionais) e formações continuadas (para a gestão de conflitos, o manejo transversal da temática e a participação desde o planejamento a execução prática), pois estas sugestões representam uma maneira de estimular a EA na escola, proporcionando ao corpo docente o aperfeiçoamento e a reflexão da prática pedagógica.

A partir dessa reciclagem de conceitos e de valores refletidos e analisados pelos professores, eles, possivelmente, terão mais estímulo de trabalho individual e coletivo para a articulação da temática ambiental nas disciplinas; surgiria, assim, um trabalho em conjunto, em que cada uma delas poderá contribuir para a temática de

acordo com sua especificidade ao mesmo tempo interligada às demais, na forma interdisciplinar.

Finalmente, salienta-se que a experiência de envolvimento neste trabalho foi muito importante para o aprimoramento laboral profissional, uma vez que ele proporcionou um foco no planejamento da realidade, visando estímulo e promoção ao trabalho com as questões ambientais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Inês Oliveira. **A dimensão ambiental nos currículos de formação de professores de biologia.** (Tese de doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo na área de concentração: ensino de Ciências e Matemática, 2004.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.** Disponível em <http://www.senado.gov.br/legbras/>. Acesso em: 01/06/2013.

_____. **Constituição Federal Brasileira: 1988.** São Paulo: Ed. Saraiva, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10/09/2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos temas transversais saúde ética.** Brasília: MEC/SEF, 1997, Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: 1v IEC/SEF, 1997a.

_____; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e Ética /Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF 1997b.

_____; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997c.

_____; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente/Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997d.

_____; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 01/06/2013.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 10/09/2013.

_____. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação – PRONEA.** 3. ed. Brasília: MEC, MMA, 2005.

CALDEIRA, A. M. S. **La práctica docente cotidiana de una maestra y el proceso de apropiación y construcción de su saber.** (Tese de doutorado), Barcelona: Universidade de Barcelona, 1993.

CANIATO, R. **Consciência na educação.** Campinas: Papirus, 1989.

CARNEIRO, R. **Informática na educação: representações sociais do cotidiano .** São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, A. M. P. **Quem sabe faz, quem não sabe ensina:** Bacharelado X Licenciatura. XIV Reunião Anual da ANPED. São Paulo, 1991.

COELHO, M.A. **Geografia Geral: o espaço natural e sócio econômico: ensino de 2º grau.** 3.ed. São Paulo:Moderno, 1992.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo:Gaia, 1992.

_____, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 8 ed.São Paulo:Gaia, 2003.

DINIZ, Edna Maria; TOMAZELLO, Maria Guiomar C. A pedagogia da complexidade e o ensino de conteúdos atitudinais na educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG,** Rio Grande, v. 15, jul/dez 2005.

FERREIRA, E. **Educação Ambiental e desenvolvimento de práticas pedagógicas sob um olhar da ciência química.** (Dissertação de Mestrado) São Paulo: UNISAL, 2010.

GARCEZ, G. M. **Prática docente e educação ambiental nas séries finais do ensino fundamental nas escolas da zona urbana de Manoel Viana.** 2004.

HERCULANO, S. C. **Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz in coletânea Ecologia, Ciência e Política,** Coordenação de Mirian Goldenberg, editora, 1992.

ISAIA, E. M. B. I. **Reflexões e práticas para se desenvolver educação ambiental na escola.** 2. ed. Santa Maria: Ed. UNIFRA/IBAMA, 2001.

LUZZI, D. **Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade.** In: PHILIPPI JUNIOR A.; PELICIONI M. C. F.; Editores. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.** Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2005.

MEC. Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. UNESCO: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília, 2007. 47p.

MEDINA, N.M.. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental. **Textos sobre capacitação de professores em educação ambiental.** Oficina Panorama de Educação Ambiental no Brasil. [s.l.], 2000.

MELO G.P; **Educação ambiental para professores e outros agentes multiplicadores.** João Pessoa: Superintendência do IBAMA na Paraíba, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- **Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.** PROFEA. Série Documentos Técnicos – 7. Brasília. 2006

PELICIONI, A.F. **Movimento Ambientalista e Educação Ambiental.** In: PHILIPPI JUNIOR A.; PELICIONI M. C. F.; Editores. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.** Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2005.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo, Cortez, 1994.

Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In: NOAL, F.O., REIGOTA, M. e BARCELOS, V. H. L. (Orgs.) Tendências da Educação Ambiental Brasileira. Edunisc, 1998.

RIVELLI, E.A.L. **Evolução da Legislação Ambiental no Brasil: Políticas de Meio Ambiente, Educação Ambiental e Desenvolvimento Urbano.** In: PHILIPPI JUNIOR A.; PELICIONI M. C. F.; Editores. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.** Barueri, São Paulo: Ed. Manole, 2005.

RODRIGUES, A.P.M; RODRIGUES M.G.S. **A Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais: um olhar sobre a transversalidade da questão.** (Projeto final de curso) Rio de Janeiro.RJ, 2001.

ROTH, B. **Tópicos em educação ambiental.** Santa Maria: Pallotti, 1996.

SATO, M. **Educação Ambiental.** São Carlos: Rima, 2002.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Educação Ambiental. **Educação Ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais.** São Paulo; 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO AVALIATIVO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DOM ANTONIO REIS

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: João Batista Ribeiro Baptistello

1. Em que nível do ensino básico você está inserido (Educação infantil, fundamental, médio, especifique as séries, se for o caso)?

2. Você é responsável por alguma disciplina em especial? Qual?
 - a. Foi possível para você inserir a Educação Ambiental em sua prática pedagógica?

 - b. Em caso negativo, marque a (s) alternativa (s) que melhor se aplica
 - () tempo;
 - () relacionamento;
 - () estrutura;
 - () resistência dos alunos;
 - () carga horária;
 - () programa da disciplina;
 - () burocracia excessiva;
 - () material didático;
 - () conhecimento de políticas públicas;
 - () formação continuada do professor;
 - () recursos;
 - () outro

3. Você tem conhecimento se na sua escola as práticas de Educação Ambiental têm um caráter interdisciplinar?

Em caso positivo, descreva brevemente o que você sabe a respeito.

APÊNDICE 2
QUESTIONÁRIO AVALIATIVO
AVALIAÇÃO DESTA AÇÃO

1. Você gostaria de outras ações (semelhantes à de hoje) fossem promovidas para reafirmação da Educação Ambiental na sua escola?

Sim ()

Sim, mas não é fácil encontrar um momento para a reunião dos professores em torno do tema ()

Não há necessidade, uma vez que a iniciativa deve ser do docente e da própria comunidade escolar ()

Outro comentário: -----

2. Se você respondeu “sim “ que tipo de ação você acharia pertinente na promoção de mudança de postura com relação a esse assunto?

Outras palestras ()

Mini-cursos ()

Reuniões docentes específicas para tratar do tema ()

Mobilização de toda a comunidade escolar para tratar do tema ()

Outra sugestão:- -----